



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAPÁ – DETRAN/AP

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Contabilidade e Controle

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Quem não encontra a felicidade em si mesmo,
é inútil procurá-la em outro lado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 12, leia a crônica **O lendário país do recall**, de Moacyr Scliar.

1. Leitora manda boneca para *recall* e não a recebe de volta. Como explicar para uma criança que seus brinquedos foram embora há três meses e não voltaram? (Cotidiano, 25/02/2008)
2. *“Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses. Sei que você sente muitas saudades, porque eu também sinto saudades de você. Lembro de você me pegando no colo, me chamando de filhinha, me dando papinha... Você era, e é, minha mãezinha querida, e é por isso que estou lhe mandando esta carta, por meio do cara que assina esta coluna e que, sendo escritor, acredita nas coisas da imaginação.*
3. *Posso lhe dizer, querida, que vivi uma tremenda aventura, uma aventura que em vários momentos me deixou apavorada. Porque tive de viajar para o distante país do recall. Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia. Para lá fui enviada. Não só eu: bonecas defeituosas, ursinhos idem, eletrodomésticos que não funcionavam e peças de automóvel quebradas. Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar. Finalmente chegamos, e ali estávamos, no misterioso e, para mim, assustador país do recall. Um homem nos recebeu e anunciou, muito secamente, que o nosso destino em breve seria traçado: as bonecas que tivessem conserto seriam consertadas e mandadas de volta para os donos; quanto tempo isso levaria era imprevisível, mas três meses era o mínimo. Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto. O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.*
4. *Passamos a noite num enorme pavilhão destinado especialmente às bonecas. Éramos centenas ali, algumas com probleminhas pequenos (um braço fora do lugar, por exemplo), outras já num estado lamentável. Estava muito claro que para várias de nós não haveria volta.*
5. *Naquela noite conversei muito com minha amiga Liloca – sim, querida dona, àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido. Outras bonecas juntaram-se a nós e logo formamos um grande grupo. Estávamos preocupadas com o que poderia nos suceder. De repente a Liloca gritou: ‘Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso! Vamos fazer alguma coisa!’. Nós a olhamos, espantadas: fazer alguma coisa? Mas fazer o quê? Liloca tinha uma resposta: vamos tomar o poder. Vamos nos apossar do país do recall.*
6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos. Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos. Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.*
7. *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução. Breve estaremos governando o país do recall. Mas não se preocupe, eu a convidarei para me visitar. Você poderá vir a qualquer hora. E não precisará de recall para isso.”*

(Adaptado de: Moacyr Scliar. **Histórias que os jornais não contam**. Porto Alegre: L&PM, 2018)

1. Na construção de sua crônica, Moacyr Scliar recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
 - (A) hipérbole.
 - (B) eufemismo.
 - (C) personificação.
 - (D) antítese.
 - (E) pleonismo.
2. A reação inicial das demais bonecas à proposta de Liloca de tomarem o poder no país do *recall* foi de
 - (A) entusiasmo.
 - (B) descrença.
 - (C) rancor.
 - (D) zombaria.
 - (E) solidariedade.



3. O termo que qualifica o substantivo na expressão *grande grupo* (5º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em
- (A) *sorriso sinistro* (3º parágrafo).
 - (B) *tremenda aventura* (3º parágrafo).
 - (C) *gigantesco caminhão* (3º parágrafo).
 - (D) *estado lamentável* (4º parágrafo).
 - (E) *probleminhas pequenos* (4º parágrafo).
-
4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.* (7º parágrafo).
 - (B) *Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses.* (2º parágrafo).
 - (C) *Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso!* (5º parágrafo).
 - (D) *Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.* (6º parágrafo).
 - (E) *Leitora manda boneca para recall e não a recebe de volta.* (1º parágrafo).
-
5. Liloca disse: Nós não somos obrigadas a aceitar isso.
- Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) Liloca disse que elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
 - (B) Liloca disse: – Elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
 - (C) Liloca disse que elas não são obrigadas a aceitar aquilo.
 - (D) Liloca disse: – Elas não seriam obrigadas a aceitar aquilo.
 - (E) Liloca disse que elas não foram obrigadas a aceitar aquilo.
-
6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos.* (6º parágrafo)
- No trecho acima, a narradora-personagem relata fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:
- (A) *sabia.*
 - (B) *pareceu.*
 - (C) *tinha sido.*
 - (D) *estava falando.*
 - (E) *falava.*
-
7. *O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.* (3º parágrafo)
- Em relação à oração que a antecede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) comparação.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) oposição.
 - (E) condição.
-
8. Exerce a função sintática de sujeito o elemento sublinhado em:
- (A) *you sente muitas saudades* (2º parágrafo).
 - (B) *aquilo nos pareceu absurdo* (6º parágrafo).
 - (C) *Para lá fui enviada* (3º parágrafo).
 - (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão* (4º parágrafo).
 - (E) *Breve estaremos governando o país* (7º parágrafo).



9. Verifica-se o emprego de vírgulas para separar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) *Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto.*
- (B) *Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia.*
- (C) *Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar.*
- (D) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.*
- (E) *Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos.*
-
10. O homem não disse nada (3º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) foi dito.
- (B) diria.
- (C) dissera.
- (D) teria dito.
- (E) seria dito.
-
11. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *vivi uma tremenda aventura.*
- (B) *quem lhe escreve sou eu.*
- (C) *eu também sinto saudades de você.*
- (D) *você nem sabia da existência desse lugar.*
- (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*
-
12. Estabelece relação de finalidade o termo sublinhado em:
- (A) *eu a convidarei para me visitar.*
- (B) *conversei muito com minha amiga.*
- (C) *você nem sabia da existência desse lugar.*
- (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão.*
- (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*
-
- Atenção:** Para responder às questões de números 13 e 14, leia o texto do filósofo Geoffrey Chaucer, escrito no século XIV.
- Outrora foi o mundo tão estável que ...**I**... palavra dada era obrigação. Hoje é tudo tão falso e condenável que nada ...**II**... de comum entre ela e ação. Houve no mundo tal transformação que tudo se perde à falta de firmeza.*
- (Adaptado de: CHAUCER, Geoffrey *apud* GIANNETTI, Eduardo. **O livro das citações**. São Paulo: Companhia das Letras 2008)
13. De acordo com o filósofo, o mundo do século XIV seria caracterizado, sobretudo, pela
- (A) previsibilidade.
- (B) preguiça.
- (C) compaixão.
- (D) melancolia.
- (E) instabilidade.
-
14. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas **I** e **II** do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:
- (A) à – há
- (B) a – há
- (C) a – à
- (D) à – à
- (E) a – a

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 3.
(D) 6.
(E) 2.
-
16. Um automóvel com capacidade para 50 litros de combustível pode ser abastecido apenas com gasolina, apenas com álcool ou com uma mistura de metade álcool e metade gasolina. Se o preço do litro da gasolina é R\$ 4,50 e do álcool é R\$ 3,30, o gasto médio, em reais, para encher o tanque desse carro é
- (A) 195,00
(B) 215,00
(C) 205,00
(D) 190,00
(E) 210,00
-
17. Em uma dieta seguida por Maria, ela pode beber em um dia: ou 9 sucos verdes, ou 2 isotônicos, ou 1 isotônico e 4 sucos verdes. Em alguns dias ela pode beber apenas água. Nos últimos 10 dias Maria bebeu um total de 30 sucos e 9 isotônicos. Nesses 10 dias, Maria só bebeu água em
- (A) 3 dias.
(B) 2 dias.
(C) 1 dia.
(D) 4 dias.
(E) 5 dias.
-
18. Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:
- (A) 3 atendimentos
(B) 1,5 atendimento
(C) 3,2 atendimentos
(D) 2,4 atendimentos
(E) 2 atendimentos
-
19. Um número de seis algarismos é formado usando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, cada um deles uma única vez. Os algarismos 4 e 6 ocupam a primeira e a última posição no número. A soma dos algarismos 1 e 4 com os algarismos localizados entre eles é 12 e a soma dos algarismos 6 e 5 com os algarismos localizados entre eles é 15. A soma dos dois algarismos centrais no maior número que pode ser formado desse modo é:
- (A) 7
(B) 6
(C) 5
(D) 4
(E) 3
-
20. Uma pesquisa sobre a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar foi realizada com a participação de 40 funcionários. Dentre os que se manifestaram, a inclusão de arroz no cardápio foi aprovada por 23 funcionários e a opção de feijão no cardápio aprovada por 12 funcionários. O número de funcionários que não se manifestaram é o dobro do número de funcionários que aprova a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar. O número de funcionários que provam a inclusão de somente arroz ou somente feijão no cardápio é:
- (A) 15
(B) 18
(C) 8
(D) 20
(E) 25

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a alienação de um veículo por R\$ 55.000,00, à vista, registrado no Ativo Imobilizado de um ente público pelo custo de R\$ 60.000,00 e cuja depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas na data da venda era R\$ 10.000,00, dá origem a
- (A) uma variação patrimonial aumentativa.
 - (B) um fato permutativo.
 - (C) um ingresso extraorçamentário.
 - (D) uma receita corrente realizada.
 - (E) um ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
-
22. São variações patrimoniais independentes da execução orçamentária
- (A) a reversão de ajuste para perdas de créditos tributários a curto prazo e o recebimento de dinheiro pela venda, à vista, de bens imóveis.
 - (B) a apropriação mensal de Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente e o recebimento de transferências correntes intergovernamentais.
 - (C) o recebimento de transferências de capital intergovernamentais e a amortização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (D) o recebimento de materiais escolares em doação e a apropriação mensal de Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.
 - (E) o recebimento antecipado de receitas tributárias e o ajuste para perdas de créditos tributários a curto prazo.
-
23. Considere as assertivas a seguir, que versam sobre os elementos das demonstrações contábeis:
- I. Receitas são aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, tais como o lucro contábil obtido na alienação de bens e a entrada de recursos a título de contribuição de partes externas, que aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
 - II. Despesas são elementos patrimoniais que, no momento da sua realização, não reduzem a situação patrimonial líquida da entidade.
 - III. Ativo é um recurso possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência de eventos futuros não completamente sob o controle da entidade.
 - IV. Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I, III e IV.
-
24. O Quadro Principal do Balanço Orçamentário de um ente público, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia
- (A) o pagamento de restos a pagar como Despesa Paga.
 - (B) a obtenção de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária como Receita de Capital Realizada.
 - (C) a arrecadação de receita com aluguéis como Receita Patrimonial.
 - (D) a devolução de depósito caução, recebido com o objetivo de assegurar a execução da prestação de serviço, como Despesa Corrente.
 - (E) a utilização de material de consumo na prestação de serviços à população como Despesa Corrente.
-
25. As informações a seguir se referem a um suprimento de fundos concedido para utilização com despesas eventuais durante uma viagem realizada por um servidor de uma entidade pública:
- 16/05/2022: empenho da despesa pelo valor de R\$ 250,00.
- 18/05/2022: liquidação da despesa pelo valor total empenhado e reconhecimento do ativo pela entidade pública.
- 23/05/2022: pagamento da despesa ao suprido pelo valor total empenhado.
- 24/05/2022: realização da viagem e utilização de R\$ 180,00 do suprimento de fundos recebido pelo servidor em 23/05/2022.
- 31/05/2022: prestação de contas pelo suprido referente ao valor utilizado em 24/05/2022 e devolução do valor total não aplicado.
- Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a entidade reconheceu uma
- (A) Variação Patrimonial Aumentativa em 31/05/2022.
 - (B) Receita Orçamentária em 31/05/2022.
 - (C) Variação Patrimonial Diminutiva em 18/05/2022.
 - (D) Variação Patrimonial Diminutiva em 24/05/2022.
 - (E) Variação Patrimonial Diminutiva em 31/05/2022.



Atenção: Para responder às questões de números 26 e 27, considere as seguintes informações sobre um ente público.

- Recebimento de dinheiro em doação em 23/11/2021. O valor total recebido foi R\$ 65.000,00 e não havia condições atreladas à doação.
- Recebimento antecipado de receitas tributárias em 30/11/2021. O valor total recebido foi R\$ 23.000,00 e o evento tributável que deu origem à receita ocorreu em janeiro de 2022.
- Recebimento de livros em doação em 13/09/2021. Os livros foram mensurados pelo valor de R\$ 20.000,00 e não havia condições atreladas à doação.

26. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o ente mensurou, no reconhecimento inicial,

- (A) a doação de dinheiro recebida por seu custo de liberação em 31/12/2021.
- (B) o recebimento antecipado de receitas tributárias pelo valor estimado a ser recebido em janeiro de 2022.
- (C) o recebimento antecipado de receitas tributárias por seu valor justo em janeiro de 2022.
- (D) a doação de livros recebida por seu valor justo em 13/09/2021.
- (E) a doação de livros recebida por seu preço presumido em 13/09/2021.

27. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o ente evidenciou

- (A) a doação de dinheiro recebida como Recebimentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro do ano de 2021.
- (B) a doação de dinheiro recebida como Receita Realizada no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2021.
- (C) o recebimento antecipado de receitas tributárias como Variações Patrimoniais Aumentativas na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2021.
- (D) a doação de livros recebida como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2021.
- (E) a doação de livros recebida como Receita de Capital Realizada no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2021.

Atenção: Para responder às questões de números 28 e 29, considere as seguintes informações sobre um ente público.

A Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 2021, previa a arrecadação de receitas tributárias de R\$ 1.267.500,00. O referido ente público efetuou, em 01/01/2021, o lançamento dessas receitas pelo valor de R\$ 1.200.000,00 e arrecadou, no exercício financeiro de 2021, R\$ 835.000,00.

28. O impacto positivo no resultado de execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e no resultado patrimonial, de acordo com o regime de competência, referentes ao exercício financeiro de 2021 foi de, respectivamente, em reais,

- (A) 1.267.500,00 e 835.000,00.
- (B) 1.200.000,00 e 835.000,00.
- (C) 835.000,00 e 835.000,00.
- (D) 835.000,00 e 1.200.000,00.
- (E) 835.000,00 e 1.267.500,00.

29. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no ente público,

- (A) o lançamento da receita tributária deu origem a um ativo permanente.
- (B) a arrecadação da receita tributária deu origem a um ativo permanente.
- (C) a previsão da receita tributária deu origem a um ativo financeiro.
- (D) a arrecadação da receita tributária aumentou o ativo total.
- (E) o lançamento da receita tributária deu origem a um ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.



Atenção: Para responder às questões de números 30 e 31, considere as seguintes informações sobre o serviço de manutenção de extintores prestado para uma entidade pública.

21/12/2021: empenho da despesa pelo valor de R\$ 3.000,00.

14/01/2022: prestação do serviço de manutenção de extintores pela empresa contratada e registro do Crédito Empenhado em Liquidação.

17/01/2022: liquidação da despesa pelo valor total empenhado.

15/02/2022: pagamento da despesa pelo valor total empenhado.

30. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na entidade pública, o valor de R\$ 3.000,00 foi
- (A) computado no valor dos Recebimentos Extraorçamentários do Balanço Financeiro do ano de 2021.
 - (B) computado no valor da Despesa Orçamentária do Balanço Financeiro do ano de 2022.
 - (C) registrado como Variação Patrimonial Diminutiva em 17/01/2022.
 - (D) registrado como Variação Patrimonial Diminutiva em 15/02/2022.
 - (E) inscrito em restos a pagar processados em 31/12/2021.
-
31. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, a entidade pública teve o seu passivo
- (A) permanente aumentado em 21/12/2021.
 - (B) circulante aumentado em 21/12/2021.
 - (C) permanente aumentado em 14/01/2022.
 - (D) circulante aumentado em 17/01/2022.
 - (E) financeiro reduzido em 15/02/2022.
-
32. O ordenador de despesas de uma autarquia empenhou despesa no valor de R\$ 53.900,00 referente à aquisição de cortinas para utilização no auditório localizado na sede própria da autarquia. Estima-se que as cortinas adquiridas, não incorporáveis a outro ativo, sejam utilizadas pela autarquia por um período de 6 anos, sem perder a sua identidade física durante seu uso. O empenho da despesa deu origem a
- (A) um fato permutativo.
 - (B) um passivo permanente.
 - (C) uma despesa orçamentária classificada em Material Permanente.
 - (D) uma despesa orçamentária classificada em Material de Consumo.
 - (E) uma variação patrimonial diminutiva.
-
33. Quanto às leis que integram o ciclo orçamentário, é de cerca de
- (A) um ano e meio a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
 - (B) cinco anos a vigência do Plano Plurianual – PPA.
 - (C) seis meses a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LOA.
 - (D) dois anos a vigência dos Créditos Adicionais.
 - (E) dez anos a vigência do Plano Plurianual – PPA.
-
34. É finalidade do sistema de planejamento e de orçamento federal conforme descrito na Lei 10180/2001:
- (A) visar ao equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.
 - (B) registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União.
 - (C) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - (D) evitar a articulação com Estados, Distrito Federal e Municípios, a fim de que sejam mantidas as autonomias de normas e tarefas dos diversos Sistemas.
 - (E) formular o planejamento estratégico nacional.



35. O Poder Executivo Estadual editou decreto abrindo crédito adicional sem que nenhum novo projeto orçamentário tenha sido apreciado pelo Poder Legislativo após a Lei Orçamentária Anual. Nessa hipótese
- (A) o ato é nulo.
 - (B) o ato é válido, desde que se destine a reforço de dotação orçamentária existente, indique a fonte dos recursos e esteja autorizado na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) o ato é válido, desde que indique a fonte dos recursos e esteja autorizado na Lei Orçamentária Anual, mesmo que se destine a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (D) o ato é válido, desde que se destine a reforço de dotação orçamentária existente e indique a fonte dos recursos, mesmo que não conste disposição expressa na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) o ato é válido, desde que se destine a reforço de dotação orçamentária existente e esteja autorizado na Lei Orçamentária Anual, ainda que não indique expressamente a fonte dos recursos.
-
36. Ademais das classificações legais da receita, há classificações lançadas pelos estudiosos do Direito Financeiro que são intituladas doutrinárias. É exemplo desse estudo a divisão das receitas em originárias e derivadas, segundo a qual as primeiras
- (A) decorrem da autoridade coercitiva do Estado, enquanto as segundas derivam da gestão do próprio patrimônio da administração pública.
 - (B) não constam do orçamento, enquanto as segundas derivam da execução orçamentária.
 - (C) decorrem da gestão do próprio patrimônio da administração pública, enquanto as segundas derivam da autoridade coercitiva do Estado.
 - (D) decorrem da execução orçamentária, enquanto as segundas não constam do orçamento.
 - (E) possuem indicação de natureza da despesa originariamente, enquanto as segundas não necessitam de tal classificação.
-
37. A inscrição do crédito em dívida ativa
- (A) somente pode ocorrer se oriundo de inadimplência de obrigação tributária principal ou de penalidade pecuniária decorrente da inobservância de obrigação tributária acessória.
 - (B) constitui fato modificativo redutivo.
 - (C) não constitui receita orçamentária do exercício.
 - (D) somente pode ocorrer se oriundo de fato gerador tributário, vedada a inscrição da penalidade pecuniária decorrente da inobservância de obrigação tributária acessória.
 - (E) constitui fato modificativo aumentativo.
-
38. Classificam-se como despesas de custeio
- (A) as dotações para as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
 - (B) as subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
 - (C) todas as despesas que constem do orçamento fiscal.
 - (D) as dotações destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - (E) as dotações destinadas a atender a conservação de bens, exceto obras de conservação e adaptações em imóveis.
-
39. São consideradas despesas de exercícios anteriores
- (A) restos a pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
 - (B) ajustes de exercícios anteriores decorrentes de mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possa ser atribuído a fato subsequente.
 - (C) despesas de exercícios futuros para as quais o orçamento consigne crédito próprio desde logo.
 - (D) restos a pagar processados e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
 - (E) aquelas cuja execução era vedada pela legislação financeira no exercício em que ocorreram.



40. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe
- (A) que o montante da despesa fixada em cada exercício financeiro não seja superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.
 - (B) que o montante da despesa fixada em cada exercício financeiro não seja inferior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.
 - (C) superávit primário das contas do governo central.
 - (D) ação planejada e transparente em que se penalizam desvios capazes de afetar a obediência a limites e condições para a geração de despesas da seguridade social.
 - (E) ação planejada e transparente em que se corrigem desvios capazes de afetar a obediência a limites e condições para a geração de despesas da seguridade social.
-
41. O relatório de gestão fiscal é emitido pelo Chefe do Poder Executivo e
- (A) por ele assinado ao final de cada bimestre, sendo publicado em até trinta dias.
 - (B) por ele assinado ao final de cada quadrimestre, sendo publicado em até trinta dias.
 - (C) assinado pelo Presidente do Tribunal de Contas ao final de cada quadrimestre, sendo publicado no dia subsequente.
 - (D) assinado pelo Presidente do Tribunal de Contas ao final de cada bimestre, sendo publicado no dia subsequente.
 - (E) por ele assinado ao final de cada quadrimestre, sendo publicado no dia subsequente.
-
42. Art. 71. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei. CF/1967 (**texto não vigente**)
- Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. CF/88 (texto vigente)
- Considerando as competências do Controle Externo consoante disposto na Constituição Federal de 1988, em relação ao ordenamento anterior, destaca-se a capacidade de os Tribunais de Contas realizarem
- (A) auditorias patrimoniais, que constituem exames independentes de empreendimentos, sistemas, operações e atividades do governo, a fim de verificar se há espaço para aperfeiçoamento.
 - (B) auditorias operacionais, que constituem procedimento analítico quanto ao estado e evidenciação do processo legislativo local, a fim de verificar se há distorções relevantes.
 - (C) auditorias patrimoniais, que constituem procedimento analítico quanto ao estado e evidenciação do processo legislativo local, a fim de verificar se há espaço para aperfeiçoamento.
 - (D) auditorias contábeis, que constituem trabalho de assecuração contratado com empresas externas privadas especializadas em auditoria e consultoria, a fim de verificar se há distorções relevantes.
 - (E) auditorias operacionais, que constituem exame independente de empreendimentos, sistemas, operações e atividades do governo, a fim de verificar se há espaço para aperfeiçoamento.
-
43. Nos termos da NBC TA 610, o auditor independente tem
- (A) responsabilidade limitada pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, mas essa responsabilidade é aumentada pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
 - (B) total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, mas essa responsabilidade é diminuída pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
 - (C) responsabilidade limitada pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é aumentada pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
 - (D) total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, sendo-lhe vedada a utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou a obtenção de assistência direta de auditores internos.
 - (E) total responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria e essa responsabilidade não é reduzida pela utilização de trabalhos da função de auditoria interna ou pela obtenção de assistência direta de auditores internos.
-
44. A NBC TI 01 estabelece que a auditoria interna compreende
- (A) exames, levantamentos e comprovações, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - (B) um conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução de litígios.
 - (C) a efetiva escrituração dos lançamentos contábeis e posterior consolidação em demonstrativos visando a satisfação das exigências legais e gerenciais da entidade.
 - (D) o exame das demonstrações financeiras, incluindo análises vertical, horizontal e cômputo de índices, com vistas a extrair informações que servirão para tomada de decisões.
 - (E) tanto a função interna, quanto a auditoria externa e aquela realizada pelos tribunais de contas, em atenção ao princípio da independência.



45. Ao abordar procedimentos analíticos, a NBC TA 520 estipula que diferenças entre os saldos esperados e os registrados nas contas
- (A) não são aceitáveis sem investigação adicional.
 - (B) são aceitáveis sem investigação adicional.
 - (C) são aceitáveis sem investigação adicional, desde que dentro de margem considerada aceitável que, no entanto, diminui à medida que diminui o risco avaliado.
 - (D) são aceitáveis sem investigação adicional, desde que dentro de margem considerada aceitável que, no entanto, diminui à medida que aumenta o risco avaliado.
 - (E) são aceitáveis sem investigação adicional, desde que dentro de margem considerada aceitável fixada pela administração antes mesmo do planejamento dos procedimentos analíticos substantivos.
-
46. A NBC TA 500 (R1), ao abordar o tema das evidências de auditoria, define
- (A) “adequação da evidência de auditoria” como o conjunto de informações utilizadas pelo auditor para chegar às suas conclusões.
 - (B) “suficiência da evidência de auditoria” como a medida da relevância e confiabilidade da evidência para suportar as conclusões do auditor.
 - (C) “suficiência da evidência de auditoria” como a medida da quantidade da evidência de auditoria.
 - (D) “evidência de auditoria” como o conjunto de informações obtidas exclusivamente das demonstrações contábeis utilizadas pelo auditor para chegar às suas conclusões em que se fundamenta a sua opinião.
 - (E) “evidência de auditoria” como o conjunto de informações obtidas exclusivamente de fontes diversas das demonstrações contábeis utilizadas pelo auditor para chegar às suas conclusões em que se fundamenta a sua opinião.
-
47. Acerca da juntada de análises ou demonstrações aos papéis de trabalho do auditor interno,
- (A) é possível, sem reservas.
 - (B) não é possível, pois estes cingem-se exclusivamente aos documentos legais e à opinião de auditoria.
 - (C) é possível, mesmo que não possam ter sua integridade verificada, desde que sirvam para dar suporte a opinião, críticas, sugestões ou recomendações.
 - (D) não é possível, se não forem de elaboração do próprio auditor.
 - (E) é possível, desde que tenham sua integridade verificada.
-
48. A NBC TA 530 define amostragem estatística como a abordagem em que há
- (A) aplicação de procedimentos de auditoria em 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria.
 - (B) seleção aleatória dos itens da amostra e uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados.
 - (C) aplicação de procedimentos de auditoria de maneira que nem todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas.
 - (D) seleção aleatória dos itens da amostra, somente.
 - (E) uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados, somente.
-
49. Consoante NBC TA 620, o auditor que não é especialista em área auditada relevante diferente da contabilidade ou da auditoria
- (A) pode aceitar o trabalho de auditoria, obtendo entendimento suficiente sobre essa área, por exemplo, por meio de discussão com auditores que realizaram trabalhos similares.
 - (B) deve recusar o trabalho de auditoria.
 - (C) somente deve aceitar o trabalho de auditoria se assistido por um especialista.
 - (D) pode aceitar o trabalho de auditoria, pois este cinge-se exclusivamente à contabilidade e à auditoria.
 - (E) pode aceitar o trabalho de auditoria, desde que não obtenha entendimento sobre essa área por meio de discussão com auditores que realizaram trabalhos similares.
-
50. Acerca do relatório de auditoria interna nos termos da NBC TI 01:
- (A) Deve ser feito público tão logo apresentado, vedada a confidencialidade do conteúdo.
 - (B) Pode ser emitido parcialmente, desde que exista providência imediata a ser adotada pela administração da entidade.
 - (C) Deve ter assegurada a confidencialidade de conteúdo, vedada a entrega a pessoa diversa daquela que tenha solicitado o trabalho de auditoria, ainda que por ela autorizada.
 - (D) Não deve ser antecipado parcialmente, mesmo que sob alegação de que exista providência que não possa aguardar a conclusão dos exames.
 - (E) Não constitui espaço adequado para abordar a metodologia que foi adotada.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de quatro questões, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito em Língua Portuguesa, as respostas. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequados às atribuições, relacionadas no Anexo II, do Cargo para o qual o candidato se inscreveu. 9.3.1 As Prova Discursiva-Estudo de Caso avaliarão o domínio dos temas abordados, consideradas a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e a adequação às atribuições do Cargo. 9.3.2 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, na soma das notas das quatro questões, pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).

QUESTÃO 1 (VALOR 25,00)

O ordenador de despesas de uma autarquia estadual empenhou despesa, em 16/01/2020, referente à aquisição de um lote de material educativo para distribuição gratuita durante o evento "Mobilidade Consciente" programado para agosto de 2020. O lote de material foi entregue pelo fornecedor em 03/03/2020 e a liquidação e o pagamento da despesa pelo valor empenhado ocorreram, respectivamente, em 04/03/2020 e 16/04/2020.

Para o reconhecimento inicial do lote de material, as seguintes informações foram consideradas pelo contador da autarquia em conformidade com a NBC TSP 04:

- Preço de compra: R\$ 68.000,00
- Frete pago pela autarquia: R\$ 300,00
- Desconto comercial obtido pela autarquia: R\$ 550,00

Após a ocorrência de eventos inesperados, o evento "Mobilidade Consciente" foi prorrogado para agosto de 2021 e, em 31/12/2020, o lote de material ainda permanecia registrado no estoque da autarquia pelo valor mensurado em seu reconhecimento inicial. Em 31/12/2020, foi constatado que o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido do lote eram, respectivamente, R\$ 65.000,00 e R\$ 63.500,00.

Em 25/08/2021, o evento "Mobilidade Consciente" foi realizado e o lote de material foi distribuído gratuitamente.

Com base nessas informações e desconsiderando os efeitos dos tributos, pede-se:

- a. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, em qual data a despesa referente à aquisição do lote de material impactou o resultado de execução orçamentária da autarquia?
- b. De acordo com a NBC TSP 04, em qual data e por qual valor o contador efetuou o reconhecimento inicial do lote de material como estoque da autarquia? Apresente o cálculo do valor do estoque que justifique a sua resposta.
- c. De acordo com a NBC TSP 04, por qual valor o lote de material mantido no estoque da autarquia foi mensurado em 31/12/2020? Justifique a sua resposta.
- d. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, como é classificada a variação patrimonial ocorrida em 25/08/2021?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2 (VALOR 25,00)**

Em 01/08/2019, o ordenador de despesas de uma autarquia estadual empenhou despesa no valor de R\$ 68.000,00 referente à aquisição de um lote com 100 cadeiras para utilização em salas da autarquia em que são fornecidas aulas teóricas sobre condução de veículos. O valor da nota de empenho emitida corresponde ao custo de aquisição total do lote de cadeiras.

Em 01/10/2019, o fornecedor entregou o lote de cadeiras e, neste mesmo dia, a liquidação da despesa foi efetuada pelo valor total empenhado. O pagamento da despesa ocorreu em 01/04/2020 pelo valor total empenhado. No dia da entrega do lote de cadeiras, a autarquia começou a utilizar todas as cadeiras recebidas e estimou que essa utilização ocorreria pelo período de 9 anos e que, após este período, obteria R\$ 14.000,00 com a alienação do lote de cadeiras.

Em 31/12/2021, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de 2021, a autarquia realizou o teste de redução ao valor recuperável e concluiu, com base nas determinações da NBC TSP 09, que nenhum registro referente ao teste deveria ser efetuado nessa data.

Com base nessas informações, pede-se:

- a. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa orçamentária deve ser classificada como efetiva ou não efetiva? Por quê?
- b. Sabendo que a autarquia utiliza o método das quotas constantes para o cálculo da depreciação, qual o valor da depreciação acumulada, referente ao lote de cadeiras, constante no Balanço Patrimonial da autarquia de 31/12/2021? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- c. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quais são os impactos dos estágios de execução da despesa com a aquisição do lote de cadeiras no Balanço Financeiro da autarquia referente aos anos de 2019 e 2020?
- d. Com base nas determinações da NBC TSP 09, para a conclusão de que nenhum registro referente ao teste de redução ao valor recuperável deveria ser efetuado em 31/12/2021, quais comparações de valores a autarquia efetuou?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 3 (VALOR 25,00)**

Tendo como norte o programa 0034 – trânsito seguro, prioridade do exercício corrente nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Diretor-Presidente do Detran/AP enviou anteprojeto de lei ao Gabinete Civil do Governador em que propõe que o Estado do Amapá conceda isenção do IPVA para veículos que, cumulativamente, não tenham sido empregados no cometimento de infrações de trânsito nos últimos três exercícios, bem como estejam continuamente registrados em nome de condutores sem infrações cometidas no mesmo período.

O anteprojeto, entretanto, foi restituído ao órgão para instruir o quanto exigido pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (renúncia de receitas).

Esclareça o que se quer dizer por renúncia de receitas e indique se a medida, como descrita, necessita respeitar tal disciplina. Justifique a não incidência do dispositivo ou indique as providências ou documentos que devem ser juntados ao anteprojeto a fim de que logre prosseguimento.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 4 (VALOR 25,00)**

Atenção: Para responder à questão, considere o Decreto abaixo:

Art. 124. Para a expedição do novo Certificado de Registro de Veículo serão exigidos os seguintes documentos:

[...]

VIII. comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas;

[...]

Parágrafo único. Os veículos cuja transferência de propriedade seja resultado de apreensão ou de confisco por decisão judicial, leilão de veículo recolhido em depósito ou de doação a órgãos ou entidades da administração pública são dispensados do cumprimento do disposto no inciso VIII do caput deste artigo, e os débitos existentes devem ser cobrados do proprietário anterior. (vigência 5.9.2022)

Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico.

[...]

§ 6º Os valores arrecadados em leilão deverão ser utilizados para custeio da realização do leilão, dividindo-se os custos entre os veículos arrematados, proporcionalmente ao valor da arrematação, e destinando-se os valores remanescentes, na seguinte ordem, para:

- I. as despesas com remoção e estada;
- II. os tributos vinculados ao veículo, na forma do §10;
- III. os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);
- IV. as multas devidas ao órgão ou à entidade responsável pelo leilão;
- V. as demais multas devidas aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, segundo a ordem cronológica; e
- VI. os demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.

[...]

§ 9º Os débitos incidentes sobre o veículo antes da alienação administrativa ficam dele automaticamente desvinculados, sem prejuízo da cobrança contra o proprietário anterior.

§ 10. Aplica-se o disposto no § 9º inclusive ao débito relativo a tributo cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil, a posse, a circulação ou o licenciamento de veículo.

[...] Código de Trânsito Brasileiro

Art. 18. Os processos administrativos contra os leiloeiros obedecerão às seguintes normas:

- a. havendo denúncia de irregularidades praticadas por qualquer leiloeiro, falta de exação no cumprimento dos seus deveres ou infração a disposições deste regulamento, dará a respectiva Junta Comercial início ao processo, juntando à denúncia os documentos recebidos, com o parecer do diretor ou de quem suas vezes fizer, relativamente aos fatos arguidos, e intimará a leiloeiro a apresentar defesa, com vista do processo na própria Junta, pelo Prazo de cinco dias, que poderá ser prorrogado, a requerimento do interessado, por igual tempo, mediante termo que lhe for deferido;

[...] Decreto 21981/1932

No planejamento de Auditoria do Departamento Estadual de Trânsito do Amapá para determinado exercício fiscal foram incluídos os credenciamentos mantidos pelo órgão com os leiloeiros de veículos apreendidos.

Entretanto, quando solicitadas informações sobre sucesso dos procedimentos, preços estimados, tempos de guarda e condições de veículos em fim de vida útil, a autoridade recebeu resposta negativa assim fundada:

- a. a atividade seria fiscalizada pela Junta Comercial do Estado do Amapá;
- b. o acervo patrimonial administrativamente alienado seria exclusivamente privado, inadmissível a interferência do Estado, posto que desprovido de interesse jurídico legítimo.

Opinando conclusivamente acerca da possibilidade da auditoria planejada, esclareça se a ação se encontra nas atribuições normativamente deferidas à auditoria interna.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO EScreva Neste Espaço